

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Setembro/2022



**Concurso Público para o Provimento de Cargos de**  
**Analista Judiciário**  
**Área Judiciária – Especialidade**  
**Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA****Conhecimentos Básicos**  
**Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ação pode nem sempre ser felicidade,  
mas não há felicidade sem ação.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

## Fim de semana na fazenda

São fazendas do fim do século XIX, não mais. Seus donos ainda estão lá: já não se balançam, é verdade, nas cadeiras austríacas da varanda nem ouvem a partida desse bando de maritacas que se muda para o morro do outro lado da várzea.

Ou talvez ouçam, quem sabe. Mas estão hirtos dentro de suas molduras, nas paredes da sala. Assim, rígidos, pintados a óleo, eles parecem reprovar nossos uísques e nossas conversas. Mas eis que o amigo Mário Cabral toca um samba no velho piano de cauda, e creio que eles gostam, talvez achem uma interessante novidade musical vinda da capital do Império. Depois Mário ataca uma velha música francesa – “Solidude” – e creio bem que vi, ou senti, a senhora viscondessa suspirar de leve.

Ah, senhora viscondessa! Que solidão irremediável não senti dentro de vossas grossas molduras douradas. Olhais para a frente, dura, firme. Lá fora as mangueiras e jabuticabeiras estão floridas, na pompa da manhã. Um beija-flor corta o retângulo da janela no seu voo elétrico e se imobiliza no ar, zunindo. Onde está o senhor visconde?

Ele está em outra parede, também duro, de uniforme e espada. Não olha a esposa. Os dois não se olham. Alguma intriga? Não. Apenas eles estão cansados de estar casados, cansados de estar mortos, cansados de estar pintados, cansados de estar emoldurados e pendurados – e tão cansados e enfadados que há mais de sessenta anos não chupam uma só jabuticaba, sequer uma.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Os sabiás da crônica. Antologia.** Org. Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 80)

1. Ao relatar seu fim de semana numa fazenda, o cronista alterna descrição da realidade e imaginação fantasiosa, tal como ocorre entre as expressões
  - (A) *cadeiras austríacas da varanda / outro lado da várzea.*
  - (B) *pintados a óleo / parecem reprovar nossos uísques.*
  - (C) *a senhora viscondessa suspirar de leve / creio que eles gostam.*
  - (D) *Que solidão irremediável não senti / cansados de estar casados.*
  - (E) *grossas molduras douradas / partida desse bando de maritacas.*

---

2. O cronista considera o expressivo contraste que há entre
  - (A) o livre voo das maritacas e o samba tocado pelo amigo Mário.
  - (B) o florescimento das árvores e o voo de um beija-flor.
  - (C) a rigidez dos retratados e a pintura a óleo emoldurada.
  - (D) a paralisia no passado e o desfrute de uma jabuticaba.
  - (E) o tédio dos casamentos e a incomunicabilidade entre os retratos.

---

3. Considerando-se o contexto, indica-se adequada tradução de sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *estão hirtos dentro de suas molduras* (2º parágrafo) = mostram-se perplexos e confinados.
  - (B) *vinda da capital do Império* (2º parágrafo) = proveniente de um gosto imperativo.
  - (C) *Que solidão irremediável não senti* (3º parágrafo) = Que irreparável isolamento experimentou.
  - (D) *corta o retângulo da janela* (3º parágrafo) = desfaz a geometria aberta.
  - (E) *Apenas eles estão cansados de estar casados* (4º parágrafo) = tão somente a eles fatigou o casamento.

---

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
  - (A) A paralisia das hirtas figuras retratadas nos quadros suscitou as mais fortes impressões no cronista Rubem Braga.
  - (B) É relevante o contraste que entre o samba e a música francesa se registraram nas teclas do velho piano de cauda.
  - (C) Por certo escapavam irremediavelmente aos olhos congelados da viscondessa tanta vibração de vida na fazenda.
  - (D) A expressão de cada uma das figuras emolduradas acabaram por ganhar contornos de vida na imaginação desse escritor.
  - (E) Lamentou o cronista que a nenhum dos retratados coubessem ainda o prazer de saborear uma simples jabuticaba.

---

5. O tratamento pronominal e a flexão do verbo são plenamente regulares na frase:
  - (A) Acaso Vossa Viscondessa não gostaríeis de saltar desse quadro que a prende já há tanto tempo?
  - (B) Permita-me, senhora viscondessa, confessar-vos que não lhe invejo a dureza senhorial dessa vossa expressão.
  - (C) Não querais me dizer, viscondessa, há quanto tempo estais vossa senhoria imobilizada nessa grossa moldura?
  - (D) Ao te olhar atentamente, viscondessa, muito me impressiona o cansaço que parece se abater sobre vossos olhos eternos.
  - (E) Fica assim como estás, senhora viscondessa, e perderás de vez o prazer que te traria uma única jabuticaba.



**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### O futuro encolheu

*Nós, modernos, acordando, voltamo-nos sobretudo para o futuro. Definimo-nos pela capacidade de mudança – não pelo que somos, mas pelo que poderíamos vir a ser: projetos e potencialidades. O tempo de nossa vida é o futuro. Em nossos despertares cotidianos, podemos ter uma experiência fugaz e minoritária do presente, mas é a voz do futuro que nos acorda e nos faz sair da cama.*

*A questão é: qual futuro? Ele pode ser de longo prazo: desde o apelo do dever de produzir um mundo mais justo até o medo das águas que subirão por causa do efeito estufa. Ou então ele pode ser imediato: as tarefas do dia que começa, as necessidades do fim do mês, a perspectiva de um encontro poucas horas mais tarde.*

*Do século 17 ao começo do século 20, o tempo dominante na experiência de nossa cultura parece ter sido um futuro grandioso – projetos coletivos a longo prazo. Hoje prevalece o futuro dos afazeres imediatos. Nada de utopia, somente a agenda do dia. Afinal, aqueles futuros de outrora, gloriosos, revelaram-se como barbáries do século.*

*Ainda assim, o futuro encolhido de hoje parece um pouco inquietante. É que o futuro não foi inventado só para espantar a morte. O futuro nos serve também para impor disciplina ao presente. Ele é nosso árbitro moral. Esperamos dele que avalie nossos atos. Em suma: a qualidade de nossos atos de hoje depende do futuro com o qual sonhamos. Nossa conduta tenta agradar ao tribunal que nos espera. Receio que futuros muito encolhidos comandem vidas francamente mesquinhas.*

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 88-89)

6. O título do texto – **O futuro encolheu** – justifica-se porque o autor considera que, na modernidade,
- (A) retomaram-se utopias antigas que não terão como alargar-se em nosso tempo de fortes restrições sociais.
  - (B) forjaram-se expectativas de progresso tão altas que mesmo a realização de algumas delas nos parecerá insuficiente.
  - (C) valorizaram-se os interesses imediatos, na convicção de que projetos majestosos não têm lugar na vida cotidiana.
  - (D) reduziram-se os anseios gerados em outras épocas, quando as utopias grandiosas não gozavam de alto prestígio.
  - (E) diluíram-se as experiências mais ricas e mais objetivas do cotidiano por conta da nostalgia persistente de antigos mitos.
- 
7. No 3º parágrafo, o autor faz ver um paradoxo do nosso tempo, quando constata que
- (A) nosso futuro se redefine na imediação da vida cotidiana.
  - (B) nossas utopias modernas foram barbáries do passado mais remoto.
  - (C) uma agenda fantasiosa nos desvia dos afazeres práticos.
  - (D) uma inquietação nova surge a cada velha utopia atualizada.
  - (E) uma vida mesquinha pode decorrer da expansão das expectativas.
- 
8. *Receio que futuros muito encolhidos comandem vidas francamente mesquinhas.*
- A frase acima ganha nova redação, sem prejuízo para sua correção e seu sentido, em: **Receio que**
- (A) o comando de vidas essencialmente mesquinhas venham a encolher os nossos futuros.
  - (B) nossos futuros passem a se encolherem comandados por vidas inteiramente mesquinhas.
  - (C) vidas mesquinhas possam vir a comandar futuros objetivamente encolhidos.
  - (D) vidas verdadeiramente mesquinhas sejam comandadas por bem encolhidos futuros.
  - (E) nossos futuros mais encolhidos possam comandar nossas vidas mais mesquinhas.
- 
9. É inteiramente regular a pontuação da frase:
- (A) O futuro nos parece hoje inquietante, desde que se constatou, que sofreu um notável encolhimento.
  - (B) Do futuro com que sonhamos, é que depende a qualidade mesma, dos nossos atos cotidianos.
  - (C) É como se houvesse no futuro, um tribunal, de cujo veredito, dependerá a qualificação dos nossos atos.
  - (D) Não apenas para disciplinar o presente, mas também, para espantar a morte, o sentimento do futuro se impõe.
  - (E) Operando como nosso árbitro moral, o futuro, sempre inquietante, avaliará os atos que estamos a praticar.
- 
10. É inteiramente regular o emprego do termo sublinhado na frase:
- (A) Os dias futuros, aos quais se reconhece o direcionamento das nossas vidas, são cada vez mais inquietantes.
  - (B) As tarefas do cotidiano, que seu valor antigamente era tido como mesquinho, fecham hoje o sentido do nosso futuro.
  - (C) O efeito estufa é um fenômeno à que se associa a catástrofe da subida das águas e da submersão de cidades.
  - (D) Há, segundo o autor do texto, a necessidade de discernir o futuro sob o qual comando orientaremos nossa vida.
  - (E) Eram coletivos os projetos de que os antigos se valiam para alimentarem as mais gloriosas utopias.

**Matemática e Raciocínio-Lógico**

11. Um número positivo  $N$  é subtraído do seu dobro. Em seguida, o mesmo número  $N$  é subtraído de seu triplo. O produto das duas diferenças é 32. O número  $N$  é:
- (A) 2  
(B) 5  
(C) 4  
(D) 6  
(E) 3

12. Considere os 10 valores listados a seguir:

19; 20; 20; 21; 21; 24; 25; 31; 34; 35

Podemos afirmar corretamente que

- (A) os valores modais estão abaixo da mediana.  
(B) a mediana é menor que 20.  
(C) o valor da amplitude é maior que o valor da mediana.  
(D) o valor da amplitude e da mediana coincidem.  
(E) a média supera 26.
13. Alberto, Bruno e Carlos são motoristas de caminhões e realizam juntos, em média, 14 viagens por mês. Bruno faz o dobro do número de viagens que Alberto faz e metade do número de viagens que Carlos faz. O número de viagens que Alberto realiza por mês é igual a
- (A) 8  
(B) 6  
(C) 7  
(D) 4  
(E) 14

14. Uma sequência numérica é uma lista ordenada de números. Em algumas sequências, a obtenção dos termos segue alguma regra bem definida. Considere as duas sequências descritas a seguir:

- Sequência 1: o primeiro termo é igual a 10 e qualquer outro termo, a partir do segundo, é igual ao anterior acrescido de duas unidades.
- Sequência 2: o primeiro termo é igual a 1, o segundo termo é igual a 3 e qualquer outro termo, a partir do terceiro, é igual à soma dos dois termos anteriores.

O menor número que aparece nas duas sequências é:

- (A) 14  
(B) 12  
(C) 20  
(D) 18  
(E) 16
15. Uma fábrica de ovos de Páscoa vende seus ovos para dois distribuidores e também os vende diretamente. Ao Distribuidor 1 oferece 40% de desconto no preço normal, ao Distribuidor 2 oferece 30% de desconto no preço normal e, nas vendas diretas, cobra o preço integral (sem desconto). A tabela a seguir mostra o número de unidades vendidas no ano passado.

Distribuidor 1	Distribuidor 2	Venda Direta
10 000 unidades	12 000 unidades	5 000 unidades

Se a receita total da fábrica no ano passado foi de R\$ 1.746.000,00, então o preço normal de um ovo de Páscoa dessa fábrica é:

- (A) R\$ 90,00  
(B) R\$ 95,00  
(C) R\$ 92,00  
(D) R\$ 100,00  
(E) R\$ 85,00

**Legislação**

16. Conforme dispõe expressamente a Lei nº 8.112/1990, compõem os requisitos básicos para a investidura em cargo público, dentre outros,
- (A) a nacionalidade brasileira e a idade mínima de 21 anos.
  - (B) o gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares.
  - (C) o nível de escolaridade exigido e a quitação com as obrigações eleitorais das últimas três eleições, no mínimo.
  - (D) a posse de cargo público.
  - (E) a entrada em exercício de cargo público.
- 
17. A Lei nº 8.112/1990 prevê que a posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado. Essas atribuições, deveres e responsabilidades
- (A) não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
  - (B) poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, a bem do serviço público.
  - (C) não poderão ser alterados unilateralmente, ressalvados os atos de ofício afetos à segurança nacional.
  - (D) poderão ser alterados unilateralmente apenas pela Administração, a bem do serviço público.
  - (E) não poderão ser alterados unilateralmente, ressalvados atos relacionados à organização do Tribunal Regional do Trabalho.
- 
18. Considere as seguintes entidades:
- I. controladas diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - II. controladas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - III. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento.
  - IV. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante subvenções sociais.
  - V. privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos mediante contrato de gestão.
- A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso à informação. Estão sujeitas a disposições desta lei, no que couber, ainda que relativamente à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas, as entidades constantes em
- (A) I, III, IV e V, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II, III, IV e V.
  - (D) III, IV e V, apenas.
  - (E) I, apenas.
- 
19. A Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, naquilo que concerne à distribuição dos feitos, estabelece que
- (A) a distribuição e a compensação deverão ser feitas de acordo com a classe das ações, inclusive quanto aos Embargos de Terceiro.
  - (B) os Embargos de Terceiro, depois de serem levados conclusos ao juiz, deverão ser distribuídos e autuados pelo setor competente.
  - (C) a declaração de impedimento ou de suspeição de magistrado ou servidor pode ser feita em caráter genérico.
  - (D) a Carta Precatória que retornar à Vara Deprecada deverá ser objeto de nova distribuição.
  - (E) a Seção de Protocolo incluirá em pauta de audiência inicial as ações de cobrança de contribuição sindical.
- 
20. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região dispõe que:
- (A) O Vice-Presidente exercerá, cumulativamente, a função de Corregedor Regional.
  - (B) O Desembargador do Trabalho que declinar do direito de concorrer a um dos cargos de direção perderá sua posição no quadro de antiguidade.
  - (C) O Desembargador do Trabalho que for eleito Presidente, à exceção dos mandados de segurança, não será incluído nas distribuições subsequentes à data da eleição.
  - (D) O Desembargador do Trabalho que for eleito Presidente não continuará como Relator nos processos que tenha apostado visto até sua posse.
  - (E) Em caso de vacância do cargo de Presidente, este será assumido pelo Corregedor Regional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Alfio reside com sua família em uma pequena propriedade rural, assim definida em lei, constituída de apenas um terreno. Sendo o único bem imóvel da família dessa natureza, Alfio, juntamente com sua esposa e seus dois filhos, utiliza-o para plantio, vendendo os produtos provenientes dessa atividade produtiva para assegurar a subsistência sua e de sua família. Ocorre que, para garantir a compra dos insumos para o referido plantio, Alfio contraiu dívidas. Considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pequena propriedade rural de Alfio
- (A) será objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito, pois apenas as propriedades urbanas são impenhoráveis.
  - (B) não será objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito, apenas se estiver registrada no cartório de registro de imóveis como bem impenhorável.
  - (C) será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, pois apenas a propriedade rural grande, assim definida em lei, trabalhada pela família, é impenhorável.
  - (D) será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, pois as propriedades rurais trabalhadas pela família são sempre penhoráveis, independentemente de seu tamanho.
  - (E) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- 
22. Cacilda foi nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, adquirindo estabilidade após cumpridas todas as condições para referida aquisição. Considerando somente as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, Cacilda pode perder o cargo:
- (A) em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - (B) apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado, tendo em vista que já adquiriu a estabilidade para o cargo de provimento efetivo.
  - (C) apenas mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa, ficando em disponibilidade até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
  - (D) apenas mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - (E) apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado e mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- 
23. De acordo com a Constituição Federal, uma súmula, que a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, poderá ser aprovada, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, pelo Supremo Tribunal Federal,
- (A) apenas por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, sendo que, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
  - (B) apenas de ofício, mediante decisão de três quintos dos seus membros, sendo que, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
  - (C) de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, sendo que, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
  - (D) de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, sendo que, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Conselho Nacional de Justiça.
  - (E) apenas de ofício, mediante decisão de dois terços dos seus membros, sendo que, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Conselho Nacional de Justiça.
- 
24. Considere:
- I. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
  - II. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça do Trabalho apenas de primeiro grau.
  - III. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
- Com relação ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) II, apenas.



25. Joana candidatou-se à Presidência da República e, registrada por partido político, na primeira votação foi a candidata mais votada, obtendo a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, Joana
- (A) será considerada eleita Presidente no primeiro turno, pois obteve a maioria simples dos votos válidos.
  - (B) concorrerá com o segundo candidato mais votado em nova eleição, a qual deverá ocorrer em até vinte dias após a proclamação do resultado da primeira eleição, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos nessa segunda votação.
  - (C) concorrerá com o segundo candidato mais votado em nova eleição, a qual deverá ocorrer em até trinta dias após a proclamação do resultado da primeira eleição, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos nessa segunda votação.
  - (D) concorrerá com o segundo e o terceiro candidatos mais votados em nova eleição, a qual deverá ocorrer em até trinta dias após a proclamação do resultado da primeira eleição, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos nessa segunda votação.
  - (E) não será considerada eleita, uma vez que não obteve a maioria absoluta dos votos válidos, devendo ser realizada uma nova eleição, com todos os candidatos.

---

### Atos Normativos do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

26. A Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, quanto à audiência telepresencial, especifica que
- (A) é a comunicação à distância realizada em ambientes de unidades judiciárias.
  - (B) não há previsão normativa para determinação de ofício da sua ocorrência.
  - (C) é vedada a realização de acareação por meio de audiência telepresencial.
  - (D) as oitivas telepresenciais serão equiparadas às presenciais para todos os fins legais.
  - (E) é vedada a oposição à realização de audiência telepresencial.

27. Considere os seguintes itens:

- I. Parte não representada por advogado.
- II. Parte ou terceiro obrigado, para comparecimento à audiência.
- III. Perito, para ciência de sua nomeação, bem como da decisão que arbitrar seus honorários.
- IV. Leiloeiro.
- V. Entes Públicos (União, Estado e Município).

Nos termos da Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, as notificações, citações e intimações serão realizadas por Oficial de Justiça, na forma da lei, para o que consta em

- (A) III e IV, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) V, apenas.
  - (D) I, II e V, apenas.
  - (E) I, II, III, IV e V.
28. Consoante a Resolução nº 99/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o servidor designado para realizar, por período certo e determinado, atribuições específicas inerentes ao cargo de analista judiciário, área judiciária, especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, é denominado oficial de justiça
- (A) transitório.
  - (B) qualificado.
  - (C) temporário.
  - (D) substituto.
  - (E) *ad hoc*.

29. A Resolução nº 11/2005 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho estabelece que o valor da indenização de transporte devida ao servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições do cargo, será fixado por ato específico do
- (A) Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
  - (B) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.
  - (C) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.
  - (D) Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.
  - (E) Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.



30. Considere os seguintes itens:

- I. Cumprimento de mandado judicial.
- II. Transporte de magistrado para as Varas Itinerantes.
- III. Transporte de materiais.
- IV. Transporte de equipamentos.

Segundo a Resolução Administrativa nº 34/2017 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, a autorização para o servidor ocupante do cargo Analista Judiciário, Oficial de Justiça Avaliador Federal, conduzir veículo oficial fica condicionada ao contido em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, apenas.

---

### Direito Administrativo

31. Guilherme recebeu do município onde reside autorização para a instalação de um determinado comércio em uma rua no centro da cidade. Tempos depois, foi editada uma nova lei de zoneamento proibindo a instalação de qualquer comércio naquele local, inclusive do estabelecimento de Guilherme. Diante do exposto, quanto ao ato de autorização, deve ser declarada sua

- (A) caducidade.
- (B) nulidade.
- (C) cassação.
- (D) revogação.
- (E) invalidação.

32. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,

- (A) as indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para todos os efeitos.
- (B) o servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, com ou sem motivo justificado.
- (C) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 90 dias para quitar o débito.
- (D) não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
- (E) a ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 2 meses.

33. Diante do que dispõe a Lei nº 8.112/1990, considere:

- I. Marisa, servidora estável, volta a ocupar o cargo do qual era titular, após ser reprovada no estágio probatório do cargo para o qual foi recentemente nomeada.
- II. Gilberto, após decisão judicial que invalidou sua demissão, pois constatou a ilegalidade do ato que a provocou, retorna ao cargo que anteriormente ocupava no serviço público.
- III. Judite, servidora pública, retorna ao exercício de seu cargo após a perícia médica oficial constatar que deixaram de existir os motivos que a levaram a se aposentar por invalidez.

As formas de provimento acima descritas são, respectivamente:

- (A) reversão, recondução e reintegração.
- (B) reintegração, reversão e recondução.
- (C) recondução, reintegração e reversão.
- (D) recondução, reversão e reintegração.
- (E) reintegração, recondução e reversão.

34. Adilson, funcionário da concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de energia elétrica, realizava reparo na rede de fiação de um poste situado na via pública, quando, por descuido, deixou cair uma das ferramentas que trazia consigo, vindo a atingir Marilda que caminhava pelo calçamento. Marilda teve traumatismo craniano e ficou internada no hospital por 45 dias. Diante da situação hipotética acima descrita, em conformidade com a Constituição Federal,

- (A) a responsabilidade é exclusiva de Adilson, tendo em vista o seu comportamento negligente no manuseio das ferramentas que trazia consigo.
- (B) haverá responsabilidade da concessionária, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de dolo ou culpa de Adilson.
- (C) não há que falar em qualquer responsabilização no caso em questão, tendo em vista a ausência de intenção de Adilson de lesionar Marilda, bem como a imprudência desta em caminhar pelo calçamento sem notar a existência do trabalho de reparo que ali ocorria.
- (D) o Estado poderá ser responsabilizado por ser o poder concedente da prestação de serviços, sendo, ainda, imprescindível a comprovação de dolo ou culpa de Adilson.
- (E) a responsabilidade é inicialmente de Adilson, na modalidade objetiva, que, poderá, inclusive, exercer o direito de regresso, caso condenado, em face da concessionária prestadora do serviço público.



35. De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação,
- (A) deverá ser indeferido o acesso à informação quando se tratar de informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade.
  - (B) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.
  - (C) a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa poderá ser invocada, inclusive, com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
  - (D) a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau de ultrassecreto, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - (E) não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- 
36. Sobre os bens públicos, em conformidade com a legislação e o entendimento do STF, é correto afirmar que:
- (A) as margens dos rios navegáveis, como regra geral, são de domínio público, insuscetíveis de expropriação, e, por isso mesmo, excluídas de indenização.
  - (B) embora os bens públicos não possam ser penhorados, não há qualquer vedação legal no sentido de serem onerados como garantia.
  - (C) os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião.
  - (D) os aeroportos e as praças são exemplos de bens públicos de uso comum do povo.
  - (E) as terras devolutas de propriedade dos Estados são bens públicos de uso especial.
- 

#### Direito do Trabalho

37. Abdias presta serviços de coleta de lixo hospitalar para o Hospital Cura Tudo, percebendo adicional de insalubridade em grau médio. Após novo laudo ambiental, atestou-se a necessidade de pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo. Nessa situação, Abdias deverá receber um acréscimo nessa verba de
- (A) 100%
  - (B) 40%
  - (C) 80%
  - (D) 20%
  - (E) 50%
- 
38. Cícero foi contratado para a prestação de serviços junto à empresa de Transportes Gira Mundo Ltda., visando suprir necessidade de substituição de mão de obra. A situação em questão se enquadra nos moldes do contrato
- (A) de trabalho autônomo.
  - (B) temporário.
  - (C) intermitente.
  - (D) de trabalho eventual.
  - (E) de trabalho avulso.
- 
39. Basílio, empregado da área financeira, por mútuo acordo com a sua empregadora Ra Tim Bum Eventos Ltda., trabalha desde 2020 em regime de teletrabalho. Necessitando de uma presença constante nas dependências da empresa, a empresa pretende retornar Basílio ao trabalho presencial. Nessa hipótese, poderá implementar a retomada
- (A) com a concordância do empregado, desde que observe prazo mínimo de 45 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
  - (B) salvo recusa de Basílio, observando o período mínimo de 30 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
  - (C) com a concordância do empregado, desde que observe prazo mínimo de 60 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
  - (D) independente da concordância do empregado, observando o período mínimo de 30 dias para a transição registrado em aditivo contratual.
  - (E) por sua determinação própria, observando o período mínimo de 15 dias para a transição, registrado em aditivo contratual.
-



40. Considere as assertivas abaixo a respeito das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.
- I. O presidente da CIPA será sempre um membro indicado pelo empregador, com mandato de 2 anos.
  - II. Aos suplentes de membros representantes dos empregados será vedada a reeleição.
  - III. Os membros da CIPA indicados pelos empregados e empregadores não poderão sofrer despedida pelo empregador, salvo se por motivo técnico, econômico ou financeiro.
  - IV. É do Ministério do Trabalho a competência para regulamentação das atribuições, composição e funcionamento das CIPAs.

Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) IV.
- (D) I e III.
- (E) II.

41. Considere hipoteticamente que, após diversas reuniões, o sindicato de trabalhadores da indústria de móveis de Cuiabá pretende celebrar novo Acordo Coletivo com a Fábrica Madeira da Boa S/C Ltda., tendo em vista a queda de faturamento da empresa e com o objetivo de preservação dos empregos. Dentre as diversas cláusulas pactuadas estariam:

- I. Redução para 6% dos depósitos de FGTS pelo período de 18 meses.
- II. Banco de Horas anual.
- III. Intervalo intrajornada de 30 minutos para todos os trabalhadores.
- IV. Aviso prévio de 30 dias para todos os empregados porventura dispensados, excluída a proporcionalidade por tempo de serviço pelo prazo de 12 meses.
- V. Prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia do Ministério do Trabalho.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, as cláusulas supra lícitas são as contidas APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) I e IV.
- (E) IV e V.

42. Euclides presta serviços na empresa Alfa, Beta & Gama Estruturas Metálicas Ltda., a qual registrou o contrato de trabalho, que tem como sócios ZEUS e ARQUIMEDES. Referidos sócios também possuem as empresas Lua Nova Incorporações Ltda. e Fast Entregas a Domicílio Ltda., sendo que Lua Nova administra as três empresas, embora cada qual tenha personalidade jurídica própria. Nessa situação, à luz do que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) as três empresas são solidariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas da empregadora de Euclides, por possuírem sócios em comum, constituindo, por esse motivo, grupo econômico.
- (B) apenas as empresas Fast e Alfa Beta & Gama são solidariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas da empregadora de Euclides, por possuírem sócios em comum, constituindo, por esse motivo, grupo econômico.
- (C) todas são solidariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas da empregadora de Euclides, por possuírem administração única.
- (D) apenas a empregadora responde pelas obrigações contratuais de Euclides porque não forma nessa hipótese grupo econômico trabalhista.
- (E) somente a empregadora responde pelas obrigações contratuais de Euclides porque não há nessa hipótese grupo econômico trabalhista, respondendo a empresa administradora de forma subsidiária.

### Direito Processual do Trabalho

43. O Hospital Curo Suas Dores Sociedade Empresarial Ltda. está sendo executado por um acordo inadimplido entabulado na Justiça do Trabalho com o seu ex-empregado Sócrates. Expedido mandado de citação para pagamento da quantia de R\$ 12.000,00, o hospital terá prazo de **I** para quitação, ou garantia do juízo, sob pena de penhora, sendo que nessa situação o Oficial de Justiça deverá priorizar a penhora em dinheiro em primeiro lugar, e, na sua ausência, como segunda opção **II**.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as lacunas **I** e **II** são preenchidas, correta e respectivamente, com

- (A) 48 horas – títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado
- (B) 72 horas – títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado
- (C) 24 horas – bens imóveis
- (D) 48 horas – títulos e valores mobiliários com cotação em mercado
- (E) 72 horas – bens imóveis



44. Hipócrates foi nomeado Oficial de Justiça e Avaliador de determinada Vara do Trabalho. Ao cumprir mandado de penhora por determinação do Juiz Titular, encontrou um imóvel de propriedade da executada livre e desembaraçado. Nessa situação, deverá o servidor efetuar a avaliação do bem em até
- (A) 48 horas.
  - (B) 5 dias.
  - (C) 15 dias.
  - (D) 72 horas.
  - (E) 10 dias.
- 
45. Vênus está executando na Justiça do Trabalho a sentença em que teve deferidas verbas rescisórias e FGTS não pagos pela sua ex-empregadora Deuses de Olimpo Ltda.. Sabe-se que a sentença teve seu trânsito em julgado em 03/05/2022, o início da execução em 26/05/2022, e Vênus foi instada a se manifestar sobre localização de bens à penhora da citada executada, tendo recebido a notificação em 11/07/2022. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, a prescrição intercorrente operar-se-á, pela inércia de Vênus, no prazo de ...I... a contar de ...II....
- Preenchem corretamente as lacunas I e II, respectivamente:
- (A) 180 dias – 26/05/2022
  - (B) 2 anos – 11/07/2022
  - (C) 5 anos – 11/07/2022
  - (D) 2 anos – 03/05/2022
  - (E) 5 anos – 03/05/2022
- 
46. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, é possível aos oficiais de justiça da Justiça do Trabalho cumprirem mandados
- (A) durante todo este período, mas o prazo para pagamento para a executada só começa a fluir a partir de 07 de janeiro, quando cessa o recesso da Justiça do Trabalho.
  - (B) durante todo este período, eis que no mesmo apenas os prazos processuais encontram-se interrompidos.
  - (C) somente após o primeiro dia útil após 07 de janeiro, eis que no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, apenas os prazos processuais encontram-se interrompidos.
  - (D) apenas após 07 de janeiro, quando cessa o recesso do Judiciário Trabalhista, eis que no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, somente os prazos processuais encontram-se suspensos.
  - (E) somente após o primeiro dia útil de janeiro, eis que no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, apenas os prazos processuais encontram-se interrompidos.
- 
47. Considere as assertivas abaixo a respeito das nulidades no Processo do Trabalho.
- I. O princípio que norteia a declaração de nulidade no Processo do Trabalho é o do não prejuízo ao reclamante, hipossuficiente na relação.
  - II. As nulidades só serão declaradas mediante provocação das partes em qualquer circunstância, devendo sempre ser alegada por escrito em razões finais.
  - III. A declaração de nulidade de um ato processual maculará todos os atos praticados posteriormente.
  - IV. Eventual nulidade só será declarada se não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) II e IV.
  - (C) IV.
  - (D) II e III.
  - (E) I, II e IV.
- 
48. Mévio, reclamante em ação trabalhista em face da casa de carnes Boi no Prato Ltda. arguiu Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ainda na fase de conhecimento, visando incluir na ação um dos sócios, por receio de dilapidação de seu patrimônio e impossibilidade de satisfação futura da execução. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, nessa situação, o processo
- (A) prosseguirá normalmente e caberá recurso ordinário da decisão que acolher ou rejeitar o Incidente, não sendo possível o deferimento de qualquer tutela de urgência cautelar assecuratória do direito até decisão definitiva.
  - (B) prosseguirá normalmente e caberá agravo de instrumento da decisão que acolher ou rejeitar o Incidente, por se tratar de decisão interlocutória, não sendo possível o deferimento de qualquer tutela de urgência cautelar assecuratória do direito até decisão definitiva.
  - (C) ficará suspenso e caberá agravo de instrumento da decisão que acolher ou rejeitar o Incidente, por se tratar de decisão interlocutória, sendo possível, entretanto, o deferimento de tutela de urgência cautelar assecuratória do direito.
  - (D) ficará suspenso e não caberá, por se tratar de decisão interlocutória, nenhum recurso de imediato contra a decisão de deferimento ou rejeição do Incidente, sendo possível, entretanto, o deferimento de tutela de urgência cautelar assecuratória do direito.
  - (E) ficará suspenso e caberá agravo de instrumento da decisão que acolher ou rejeitar o Incidente, por se tratar de decisão interlocutória, não sendo possível o deferimento de qualquer tutela de urgência cautelar assecuratória do direito até decisão definitiva.

**Direito Civil**

49. De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa
- (A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.
  - (B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.
  - (C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
  - (D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.
  - (E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

50. De acordo com o Código Civil, a constituição da propriedade fiduciária de coisa móvel infungível
- (A) opera o desdobramento da posse.
  - (B) depende de instrumento público.
  - (C) torna o devedor possuidor indireto da coisa.
  - (D) independe do registro do contrato.
  - (E) não pode ser pactuada com escopo de garantia.

51. De acordo com o Código Civil, a ilicitude do motivo determinante do negócio jurídico
- (A) enseja a sua anulabilidade mesmo que não seja comum a ambas as partes.
  - (B) enseja a sua anulabilidade somente quando for comum a ambas as partes.
  - (C) enseja a sua nulidade mesmo que não seja comum a ambas as partes.
  - (D) enseja a sua nulidade somente quando for comum a ambas as partes.
  - (E) não enseja a sua invalidade, mesmo que comum a ambas as partes.

52. A decretação da falência do empresário
- (A) não o impede de postular a recuperação judicial, independentemente da extinção das responsabilidades dela decorrentes.
  - (B) implica a perda do poder de disposição dos seus bens, mas em nada afeta o direito de administrá-los.
  - (C) o inabilita para o exercício de qualquer atividade empresarial, mesmo que diversa daquela que já exercia.
  - (D) não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação.
  - (E) implica a resolução automática de todos os contratos do qual seja parte.

53. De acordo com o Código Civil, a herança
- (A) só se transmite aos herdeiros depois de concluído o inventário.
  - (B) não pode ser disposta integralmente por testamento quando existirem herdeiros necessários.
  - (C) transmite-se definitivamente aos herdeiros necessários independentemente de aceitação.
  - (D) pode ser parcialmente renunciada pelo herdeiro.
  - (E) defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros.

54. De acordo com o Código Civil, o termo inicial do negócio jurídico
- (A) consiste numa condição suspensiva.
  - (B) consiste numa condição resolutiva.
  - (C) subordina a sua existência.
  - (D) suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
  - (E) subordina a sua eficácia a evento futuro e incerto.

**Direito Processual Civil**

55. Na fase de cumprimento de sentença, foi deferida a penhora de automóvel que havia sido vendido pelo executado a terceiro. Nesse caso, de acordo com a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso repetitivo, o terceiro afetado pela constrição poderá
- (A) opor embargos de terceiro ou interpor recurso contra a decisão constritiva, na condição de terceiro prejudicado.
  - (B) opor embargos de terceiro, mas não tem legitimidade para interpor recurso contra a decisão constritiva, por não ser parte do processo em que ela foi proferida.
  - (C) opor embargos de terceiro ou interpor recurso contra a decisão constritiva, na condição de substituto processual do executado.
  - (D) interpor recurso contra a decisão constritiva, na condição de terceiro prejudicado, mas não tem legitimidade para opor embargos de terceiro.
  - (E) interpor recurso contra a decisão constritiva, na condição de substituto processual do executado, mas não tem legitimidade para opor embargos de terceiro.



56. De acordo com o Código de Processo Civil, é inderrogável por convenção das partes a competência em razão da
- (A) matéria ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor, da pessoa e do território.
  - (B) matéria, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território.
  - (C) matéria, do valor, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do território.
  - (D) pessoa ou do valor, mas as partes podem modificar a competência em razão da função ou da matéria.
  - (E) pessoa ou do território, mas as partes podem modificar a competência em razão da função, da matéria ou do valor.
- 
57. De acordo com o Código de Processo Civil, o litisconsórcio facultativo
- (A) será sempre unitário.
  - (B) será sempre ativo, pois, entre os réus, só existe litisconsórcio necessário.
  - (C) determina que todos os recursos sejam interpostos conjuntamente por todos os litisconsortes, sob pena de não conhecimento.
  - (D) pode ser formado pelos autores a qualquer tempo, mesmo depois de oferecida a contestação, desde que ainda não tenha sido prolatada sentença.
  - (E) poderá ser limitado pelo juiz quando comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- 
58. Considere as seguintes assertivas:
- I. A citação será feita por meio de oficial de justiça somente quando frustrada a citação pelo correio.
  - II. Nas comarcas contíguas de fácil comunicação, o oficial de justiça poderá efetuar citações e intimações em qualquer uma delas, independentemente de prévia autorização dos seus respectivos juízes.
  - III. É vedado ao oficial de justiça citar o réu em endereço diverso daquele constante do mandado, ainda que o encontre em outro local.
  - IV. No cumprimento de mandado de penhora, quando não encontrar bens penhoráveis, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, independentemente de determinação judicial expressa.
  - V. No cumprimento do mandado de penhora, se o executado fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça deverá proceder ao seu arrombamento, requisitando, se for o caso, reforço policial, independentemente de determinação judicial expressa.
- De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) III e V.
  - (E) IV e V.
- 
59. No cumprimento de mandado de citação de pessoa residente num condomínio edifício com controle de acesso, o oficial de justiça deixou de encontrá-la. Retornando ao mesmo endereço dois dias depois, novamente deixou de encontrar o citando. Suspeitando da sua ocultação, o oficial de justiça intimou o funcionário da portaria responsável pelo recebimento das correspondências de que, em determinada hora do dia útil imediato, voltaria a fim de efetuar a citação. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o oficial de justiça agiu
- (A) incorretamente, pois a segunda diligência não poderia ter sido realizada menos de três dias depois da primeira.
  - (B) incorretamente, pois, antes de intimar o porteiro de que retornaria no dia útil seguinte, ele deveria ter procurado o citando em sua residência uma terceira vez.
  - (C) incorretamente, pois, em razão da suspeita de ocultação, ele deveria ter intimado qualquer pessoa da família do citando ou, em sua falta, qualquer vizinho, não se admitindo tal intimação na pessoa do porteiro.
  - (D) incorretamente, pois, na segunda diligência, ele deveria ter dado por realizada a citação e entregado desde logo a contrafé ao porteiro, certificando circunstanciadamente os motivos que o fizeram suspeitar da ocultação do citando, a fim de que o juiz deliberasse sobre a validade do ato.
  - (E) corretamente, realizando os atos que lhe competia.
- 
60. No cumprimento de mandado de citação para a execução fundada em título extrajudicial, se não encontrar o executado, o oficial de justiça deverá
- (A) penhorar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, desde que exista suspeita de ocultação.
  - (B) arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, independentemente de haver suspeita de ocultação.
  - (C) arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, desde que exista suspeita de ocultação.
  - (D) penhorar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, independentemente de haver suspeita de ocultação.
  - (E) penhorar tantos bens quantos bastem para garantir a execução e, se houver suspeita de ocultação, arrestá-los, entregando-os a depositário oficial.